

SIMILITUDES DAS MORFOLOGIAS ESPACIAIS ENTRE O URBANO E O RURAL COLONIAL BRASILEIRO

MÉRCIA CARRÉRA¹ E LEANDRO SURYA²
Universidade do Porto (Portugal)

Resumo: Estudo sobre as relações de organização espacial urbano e rural, representada pela vila de Olinda (século XVI) e por uma fazenda beneditina, ambas localizadas na Capitania de Pernambuco, a fim de verificar as possíveis similitudes entre os dois tipos de distribuição espacial durante o Brasil Colônia. Constata-se uma similitude na forma de ocupação dos espaços urbanos e rurais na Capitania de Pernambuco, a partir da gênese das duas áreas, considerando a estrutura social e de poder vigente: A Igreja, o poder do Estado (representado pela Casa da Câmara e Cadeia e a Casa-grande) e o povo (o arruado e a senzala). Os espaços rurais e urbanos se complementam. O estudo baseou-se na pesquisa bibliográfica, em fontes escritas, iconográficas e cartográficas, levando também em consideração dados arqueológicos.

Palavras-chave: Fazenda colonial; núcleo urbano; morfologia espacial.

Abstract: A study about relationships of rural and urban spatial organization, represented by the Village of Olinda (sixteenth century) and by a Benedictine farm, both located in the Captaincy of Pernambuco, to verify possible similarities between these two types of spatial distribution in colonial Brazil. A similarity was observed in the forms of occupation of urban and rural spaces in the Captaincy of Pernambuco, from the beginning of the two areas, taking into consideration the social structure

and effective power: the Church, State power (represented by the Town Hall and Jail and Principal House) and people (the streets and slave quarters). The rural and urban spaces complement each other. The study was based on bibliographic research, written documents, iconographic and map sources, and also took into account archaeological data.

Keywords: Colonial farm, urban nuclei, spatial morphology.

Introdução

Os estudos relacionados aos núcleos urbanos “cidades” do período colonial brasileiro são, em sua maioria, fruto de discussões sobre a dicotomia existente entre a ocupação territorial portuguesa e a ocupação territorial espanhola. O colonizador português não costumava realizar um planejamento para orientar a formação das cidades. Assim, a maioria das vilas e, posteriormente, cidades coloniais brasileiras foi formada ao acaso, sem ser precedida por um traçado urbano regular, ao contrário das cidades nas áreas de colonização espanhola, traçados com um desenho quadriculado, geometrizado, seguindo um modelo de urbanização. Não obstante a falta de um modelo de urbanização regular, principalmente do primeiro século da colonização portuguesa, estas vilas e cidades apresentavam características peculiares na forma de ocupação do espaço, utilizando critérios como a topografia, o ambiente social, político, administrativo, as questões relativas a defesa, a própria sustentabilidade que este núcleo apresentava no momento da sua formação.

Pensar esses espaços urbanos, sem levar em consideração as propriedades rurais como elementos norteadores e estruturantes no processo de ocupação e colonização do território tem provocado uma ruptura na ligação entre o urbano e o rural. Partindo da premissa de que o entendimento do espaço urbano vai além da sua delimitação física e da necessidade de articulação entre esses espaços, a fim de garantir sua sustentabilidade, buscou-se, neste trabalho, estudar as relações de reprodução das vivências urbanas – ou da dimensão urbana –, abrangendo principalmente a composição arquitetônica, a organização espacial e a organização social na propriedade rural.

Este artigo tem como objeto de estudo a Fazenda de São Bento de Jaguaribe (século XVII) e a vila de Olinda (século XVI), ambas localizadas na Capitania de Pernambuco. Para verificar essa relação entre o rural e o urbano, foram considerados, os dados provenientes de uma pesquisa arqueológica na fazenda,³ juntamente com a documentação textual, iconográfica e cartográfica da vila de Olinda.

A verificação das similitudes das morfologias espaciais entre o urbano e o rural colonial brasileiro, sem dúvida proporcionará novos caminhos de pesquisa sobre a temática da ocupação portuguesa nas terras brasileiras. Os estudos realizados não têm levado em conta a importância desta relação entre o urbano e o rural para o entendimento da lógica utilizada pelos portugueses em ocupar as suas terras do ultramar. Do mesmo modo não consideram o meio rural como um fato relevante e testemunho de que todo o processo de ocupação territorial portuguesa seguia uma lógica muito bem estabelecida para a sua Colônia.

Esta análise busca contribuir na compreensão da organização e desenvolvimento da ocupação portuguesa no Brasil, considerando de extrema importância a ligação do urbano e o rural como elementos estruturantes e decisivos na ocupação portuguesa no território brasileiro.

O urbano e o rural na perspectiva de Duarte Coelho

Segundo Menezes, o Donatário da Capitania de Pernambuco tinha um conhecimento prévio sobre o local e um projeto pré-definido de como ocupar a sua capitania.

“Duarte Coelho, numa ação racional, própria de um pensar bem natural e presente nos militares habituados às guerras, vinculou a escolha da sede administrativa da capitania ao lugar da produção e como consequência ao do embarque dessa para o exterior. Tal triangulação, com justa causa, funcionaria perfeitamente quando os engenhos que produziram o açúcar estivessem situados naquelas várzeas e aproveitassem os rios como estradas naturais de escoamento para o porto do produzido. Por outro lado, esse porto estava interligado com a sede e a plantação quer por via terrestre ou por água. Foram tais

determinantes que passaram a gerar os caminhos e lhes deram apoio logístico, os fazendo perdurar até os dias de hoje.”⁴

É evidente, no texto, a linha de raciocínio bem definida que norteava a ocupação portuguesa em relação à ligação entre o urbano e o rural. A escolha do local onde seria instalada a sede da Capitania não parece ter sido fruto do acaso ou meramente acidental. Ao contrário: tudo indica que obedeceu a um projeto bem definido para ocupação da Capitania. Isto considerando, nos mapas antigos, os diversos acidentes geográficos do entorno do lugar escolhido para a vila, isto é, as várzeas de vários rios, propícias ao plantio da cana para a produção de açúcar, ao sul, a península que dela saía e onde se poderia ter porto abrigado; o Rio Beberibe, chegando desde esse porto a um outro, fluvial, junto à vila; os arrecifes naturais e a condição topográfica, ou seja, a altura das colinas, não significando que a criação da sede da Capitania resultou de um projeto desenhado, apesar de, na época, já ter se instaurado tal procedimento. Tratou-se ao que tudo indica, de um projeto utilizando determinados conhecimentos a cerca de critérios e condições favoráveis da área a ser ocupada que propiciasse garantias de fixação da população que habitaria aquele espaço.

A escolha do local para a implantação das propriedades rurais, os engenhos de açúcar e as fazendas, alguns fatores foram levados em consideração. Sem dúvida, o fator que mais influenciou na localização das primeiras propriedades rurais foi a proximidade de água corrente e perene. A água era a fonte de energia e também poderia facilitar o transporte do produto. Outros fatores também foram considerados, dentre os quais, o tipo de solo, o massapê; a proximidade de matas, pois dali se extraiu o combustível das fornalhas e, além disso, um outro elemento muito importante: a distância dos índios. No início da colonização os proprietários rurais não dispunham de eficientes meios de defesa, portanto, era necessário escolher locais que fossem propícios à defesa.

Evidencia-se claramente que, sendo Duarte Coelho um militar, o conhecimento científico presidiu a organização do território naquele ano de 1537 e nos que se seguiram. A mesma lógica continuou a se

fazer sentir em outras ações de ocupação e uso do solo, mesmo depois da morte do primeiro donatário, em 1554.

Espaço urbano colonial: Olinda

Não tem sido fácil fazer a reconstituição dos primeiros núcleos urbanos, desde a escolha dos sítios, os arruamentos e a localização dos edifícios destinados aos mais diversos fins. As poucas informações disponíveis são raras e descontínuas, tornando arduo o trabalho de investigação sobre o tema.

De acordo com Manuel Teixeira,⁵ uma das principais características dos traçados urbanos portugueses é precisamente o que se pode chamar “*a sua cultura do território*”. Essa cultura do território traduz-se na forma como as cidades portuguesas têm a capacidade de se articular intimamente com as características físicas do espaço em que se implantam, notadamente com a sua topografia. Esta constitui a matriz fundamental que marca indelevelmente as cidades e vilas do Brasil, sobre a qual outras influências se vieram sobrepor, sem nunca verdadeiramente conseguirem suprimí-la.

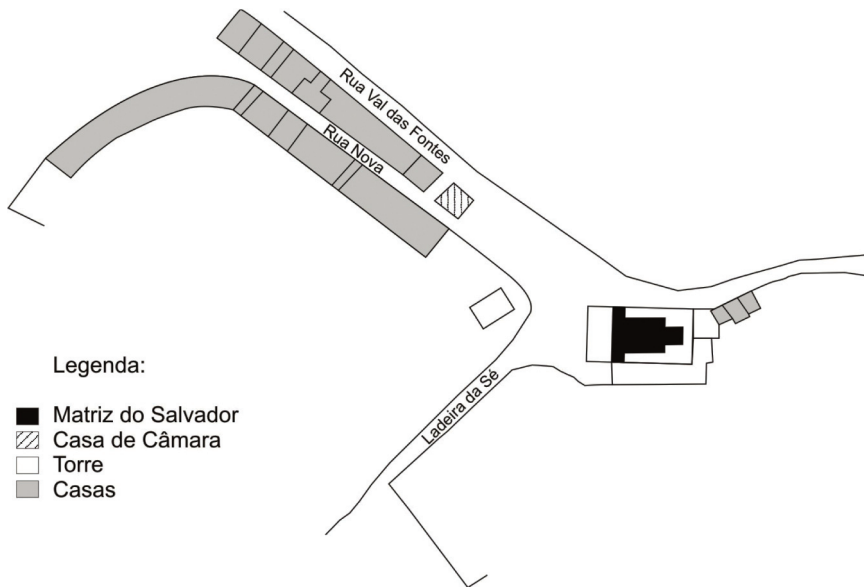
Na construção das cidades e vilas brasileiras intervieram diferentes tipos de atores, influências e fatores determinantes, em que se incluem os donatários, o poder real, a Igreja e as ordens religiosas, as autoridades municipais e os próprios colonos.

Sabe-se que aos donatários era permitida a fundação de novas vilas onde o desejassem, se construídas ao longo da costa ou na margem de rios navegáveis, ou separadas entre si, em pelo menos seis léguas, se construídas no interior. As morfologias destas vilas seguiam de perto as características físicas do território, sem grandes preocupações de geometrização. Era esse tipo de aglomerados urbanos que induzia uma idéia de informalidade e de desordem como características essenciais das cidades portuguesas no Brasil. Pelo contrário, conforme foi evidenciado, mesmo esses núcleos urbanos supostamente não planejados obedeciam a regras precisas de estruturação urbana.

Os traçados das cidades quinhentistas, embora baseados em princípios de regularidade, eram ainda bastante articulados com as

características topográficas dos seus sítios de implantação, em muitos casos terrenos acidentados.

Gabriel Soares de Souza, no seu Tratado , informa que Duarte Coelho começou a construir Olinda em um “*alto livre de padraço, onde fez torre de pedra e cal, que ainda agora esta na praça da vila*” (Mapa 01). Depois, Frei Vicente do Salvador, na sua História do Brasil, narra que, a partir de um acontecimento milagroso do qual foi participante, justificou-se a construção da matriz do Salvador na praça da vila e defronte da torre, na época em que passou a existir a Casa da Câmara e Cadeia, na mesma praça. Essa praça, de forma aproximadamente triangular, era o ponto de partida do desenho urbano da vila e o início do assentamento, que, em seus primórdios, constava de duas ruas, uma seguindo à outra. A partir delas, começou a ser definida a estrutura urbana da vila.



Mapa 01: Olinda (adaptado de Menezes, 1998).

Um dos objetivos do trabalho consiste em determinar se essa matriz urbana, essa forma de organização espacial dos edifícios com suas funções, e a escolha do sítio para assentar um núcleo urbano apresenta-se de forma similar nos assentamentos rurais.

Espaço rural colonial: fazenda São Bento de Jaguaribe

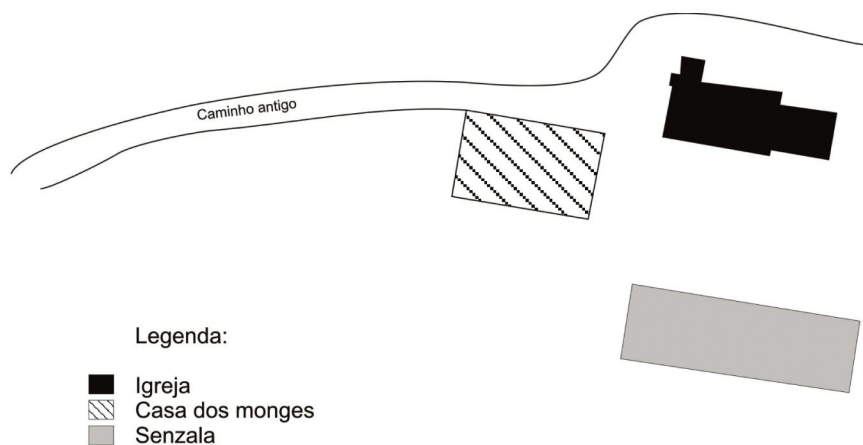
Nos estudos realizados sobre a problemática da organização espacial no período colonial não abordavam a questão do modelo de organização espacial nas propriedades rurais do tipo fazendas. O fato do modelo agrário-industrial-exportador açucareiro ter sido o que melhor representou o interesse da Metrópole Portuguesa, nos primeiros séculos de colonização, fez com que as pesquisas se centralizassem no interesse de esclarecer questionamentos relacionados à atividade econômica açucareira. No entanto, outros segmentos da economia brasileira deste período, no caso as fazendas de agricultura de subsistência, de pecuária, etc., têm o seu valor no quadro econômico, pelo seu papel na expansão colonial, no assentamento e fixação da população neste período.

As referências espaciais das estruturas construídas nas propriedades rurais-engenhos, do período colonial brasileiro, em geral compreendem a casa-grande, a capela, a fábrica (ou moita) e a senzala. Desta forma se apresenta o modelo de organização espacial desse tipo de propriedade.

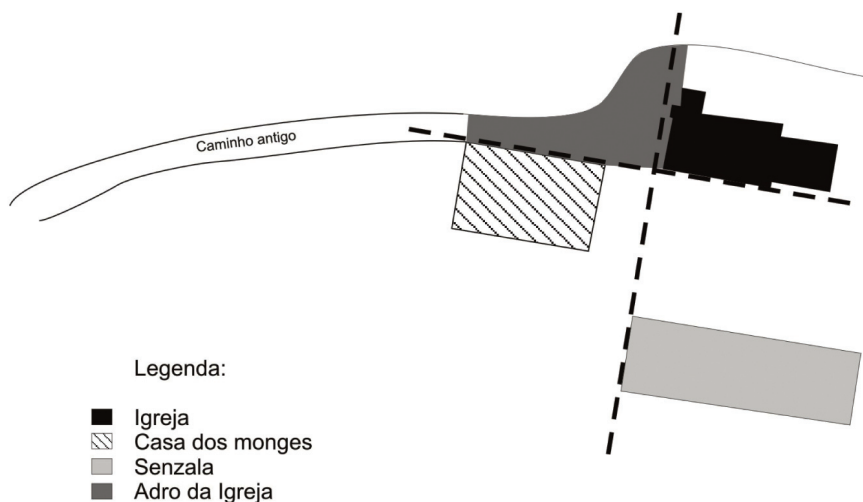
O estudo da Fazenda de São Bento de Jaguaribe analisou as estruturas evidenciadas em pesquisa arqueológica, sugerindo um modelo de organização espacial para as propriedades rurais do tipo fazenda, constatando a similitude morfológica com o modelo de organização dos engenhos. A partir dessa análise, pode-se concluir que, dependendo da atividade econômica realizada na propriedade, apenas se modificaria, na organização espacial, o edifício em que esta atividade se processava, para que servisse adequadamente ao seu uso. O espaço era distribuído de acordo com a organização social. Desta forma, as propriedades do tipo fazendas se organizavam obedecendo os mesmos critérios utilizados nos engenhos.

A partir da prospecção arqueológica realizada na Fazenda de São Bento de Jaguaribe foram identificadas 3 (três) estruturas que podem ser analisadas em relação aos dados históricos. Verifica-se, na planta de locação (Mapa 02) das estruturas evidenciadas, a seguinte distribuição: a Igreja, a casa dos monges (ou casa-grande) e a senzala. Percebe-se claramente a distribuição das edificações dentro de um determinado espaço, indicando que foi feita de acordo com o modelo de organização

espacial utilizado para fazendas deste tipo, vigente no século XVII, na Capitania de Pernambuco.



Observa-se que o alinhamento da fachada principal da casa coincide com a linha lateral da igreja (mapa 03). Todo o piso do adro da igreja faz parte da frente da casa, integrando as duas unidades funcionais.



Vale salientar que a localização da Fazenda de São Bento de Jaguaribe era estratégica, por se situar no topo de um morro, com altitude de 69 metros acima do nível do mar, de onde se podia perceber qualquer aproximação, quer marítima, quer terrestre. Os beneditinos souberam tirar partido da situação geográfica, distribuindo as edificações dentro de uma organização espacial que levava em consideração a posição privilegiada de suas terras.

Considerações

Sabe-se que a localização de edifícios notáveis em locais dominantes, assumindo-se como elementos estruturadores fundamentais dos traçados, constitui uma das principais características das cidades de origem portuguesa. Estes locais dominantes, simultaneamente os locais do poder, eram sítios topograficamente mais elevados. As praças, localizadas centralmente na malha urbana, assumiam papel de elemento gerador do traçado: nelas se instalavam os principais edifícios institucionais da cidade, a Casa da Câmara e Cadeia, as quais competia o desempenho dos serviços administrativos, legislativos, judiciais e penitenciários, bem como a Igreja Matriz, a partir da qual se definiam as principais direções do traçado das ruas.

Na análise da gênese da formação de Olinda, é claramente perceptível a forma de pensar portuguesa na implantação dos elementos organizadores da estrutura espacial da cidade (Planta 01).

O estudo do complexo arquitetônico da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, composto pela igreja, casa dos monges ou casa-grande e senzala, evidenciados na pesquisa arqueológica, possibilitou algumas considerações:

1. A igreja (estrutura 1) - Diante da organização espacial desta fazenda, a igreja parece ser a principal unidade funcional, tanto pelo aspecto de monumentalidade arquitetônica, quanto por constituir um local de defesa deste sítio, além de um espaço utilizado para as atividades sociais da propriedade, impondo a soberania dos proprietários e o poder da fé. Elementos presentes na organização social deste período. Similar ao mesmo raciocínio que rege a implantação de cidades;

2. A casa dos monges ou casa-grande (estrutura 2) - Provavelmente, esta edificação constituía um elo de ligação entre as outras duas unidades, ou seja, a igreja e a senzala, entre o poder, a fé, a submissão e a dominação dos escravos. A casa representa como a edificação que marca e controla a entrada deste sítio. Mesmo a casa tendo a função de elo entre as unidades existentes no sítio, a igreja continua sendo a unidade de maior destaque e importância, pelo seu papel e significado neste período da História. No espaço urbano, pode-se considerar a Casa de Câmara e Cadeia, exercendo a mesma função da Casa-Grande na área rural, isto é, fazia a ligação com a Igreja e a praça (que na fazenda poderia ser identificada com o adro);
3. A área da senzala (estrutura 3) - O espaço definido para a senzala pode ser relacionado com o primeiro arruamento, no caso do povoamento urbano, a partir destas similitudes pode-se entender as morfologias espaciais entre o urbano e o rural colonial brasileiro.

Ao analisar a distribuição do espaço rural Fazenda de São Bento de Jaguaribe (casa-grande, igreja com o adro e a senzala) verifica-se nítida inter-relação com a distribuição das edificações que marcam o espaço urbano da vila de Olinda (a casa de câmara e cadeia, a igreja e o arruado formado pelas casas). A organização do espaço é semelhante, observando-se que o elemento que define e norteia esta organização é sempre aquele que representa o poder e manipula a sociedade. Portanto, essa estrutura morfológica semelhante entre o urbano e o rural, deve ser compreendida não só como identidade e referência para a compreensão da cidade atual, mas, principalmente, como ponto básico nas pesquisas sobre a ocupação territorial portuguesa, no que se refere à fundação das cidades coloniais. Um elemento que respalda a importância das interfaces da área rural com a área urbana, contribuindo para o esclarecimento e, em consequência, um melhor entendimento sobre o pensar português acerca da sua colônia brasileira.

Contudo, nos estudos sobre a organização espacial no Brasil Colônia, denota-se um interesse marcadamente superior em relação ao espaço urbano, em detrimento das áreas rurais. Tendência, aliás, que perdura até os dias atuais.

No período colonial, em especial em Pernambuco, com a cultura da cana e a produção do açúcar, as áreas rurais apresentavam condições mais favoráveis de sustentação do que os urbanos.

Assim, não há razão para o predomínio de estudos enfocando a organização das cidades, deixando à margem a organização espacial, modos de vida, e demais características da área rural.

É evidente que estas considerações podem ser passíveis de outras interpretações, vez que este trabalho não tem caráter conclusivo. Portanto, constitui um caminho aberto a outras discussões, principalmente diante de novas documentações e argumentações sobre o tema pesquisado.

Bibliografia

BARDI, Pietro M.; PENIDO, Dom Basílio; FONSECA, Edson N.; GONSALVES DE MELLO, J. A. & MENEZES, José Luiz M. *Beneditinos em Olinda – 400 anos*. São Paulo: Editora SANBRA, 1986.

CARRÉRA, Mércia. *Reconstituição de uma fazenda colonial: estudo de caso Fazenda São Bento de Jaguaribe*. 2005. 125f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

ENDRES, D. José Lohr. *A Ordem de São Bento no Brasil quando província – 1582-1827*. Salvador: Editora Beneditina, 1980.

GOMES, Geraldo. *Engenhos e arquitetura*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.

GONSALVES DE MELLO, J. A. & ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Reprodução fac-similar. Recife: UFPE, Imprensa Universitária, 1967.

GONSALVES DE MELLO, J. A. *O Chamado Farol de Olinda de 1537*. Revista do Arquivo Público, V11/28, Recife, 1957.

LEITE, Serafim S. I. *Novas páginas de história do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

LIVRO DO TOMBO DO MOSTEYRO DE SÃO BENTO DE OLINDA. Separata da: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, v. 41, 1948.

MENEZES, José Luiz M. “Olinda e Recife 1537-1630”. In: *Revista Oceanos: A construção do Brasil urbano*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 41, 2000, pp. 136-150.

PIRES, Fernando Tasso Fragoço; GOMES, Geraldo. *Antigos engenhos de açúcar no*

Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Proprietária Weiszflog Irmãos, 1918.

SCHWARTZ, Stuart B. Os engenhos beneditinos do Brasil Colonial. Separata da: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, 1983.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOARES DE SOUZA, Gabriel. *Tratado Descritivo do Brasil*. São Paulo, 1938.

TEIXEIRA, Manuel C. *A Construção do Brasil Urbano*. In: *A Construção da Cidade Brasileira*. Lisboa: Livros Horizontes Lda, 2004.

Notas

¹ Aluna de Doutorado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. E-mail: merciacarrera@hotmail.com

² Aluno de Doutorado Faculdade de Letras da Universidade do Porto. e-mail: leandrosurya@yahoo.com.br

³ CARRÉRA, Mércia. *Reconstituição de uma fazenda colonial: estudo de caso Fazenda São Bento de Jaguaribe*. 2005. 125f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

⁴ MENEZES, José Luiz M. “Olinda e Recife 1537-1630”. In: *Revista Oceanos: A construção do Brasil urbano*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 41, pp. 136-150, 2000.

⁵ TEIXEIRA, Manuel C. “A Construção do Brasil Urbano”. In: *A construção da cidade brasileira*. Lisboa: Livros Horizontes Lda, p. 07-14, 2004.